

1 ATA DA 519^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA
2 CRIMINAL E PENITENCIÁRIA REALIZADA EM 22 DE JULHO DE 2025
3

4 No dia vinte e dois de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, os membros do Conselho
5 Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP reuniram-se ordinariamente, por
6 videoconferência, presente o Presidente do CNPCP, André de Albuquerque Garcia, e os
7 seguintes membros: Aline Ramos Moreira, Arthur Richardisson Evaristo Diniz, André
8 Alisson, Bruno Dias Cândido, Caroline Santos Lima, Cíntia Rangel Assumpção, Davi
9 Marcio Prado Silva, Murilo Andrade de Oliveira, Rafael Velasco Brandani, Susan Lucena
10 Rodrigues, Marcus Castelo Branco Alves Semeraro Rito, Paulo Augusto Oliveira Irion e
11 Walter Nunes da Silva Junior. Ausências: Carlos Eduardo Lemos, Graziela Paro Caponi,
12 Herbert Santos, Kátia Regina de Abreu; Luciana Gomes Ferreira de Andrade, Márcia de
13 Alencar, Patrícia Vilella Marino, Pierpaolo Cruz Bottini. O Presidente do Conselho
14 Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), André de Albuquerque Garcia,
15 declarou aberta a reunião, dando as boas-vindas aos conselheiros e participantes. Na
16 sequência, foi aprovada, sem ressalvas, a ata da 518^a Reunião Ordinária. Na pauta inicial,
17 discutiu-se a possibilidade de ajustes no calendário de reuniões, especialmente quanto à
18 alternância entre encontros virtuais e presenciais. Após manifestações favoráveis dos
19 conselheiros, ressaltando aspectos como economia de recursos, maior possibilidade de
20 participação e praticidade, a proposta de alternar reuniões virtuais e presenciais foi
21 aprovada. Deliberou-se que as reuniões virtuais serão realizadas, preferencialmente, às
22 sextas-feiras pela manhã, com ajustes pontuais para atender à disponibilidade dos
23 membros. Foi aprovada a realização da reunião presencial em Manaus, no dia 13 de
24 agosto de 2025, aproveitando o encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública,
25 oportunidade em que o Conselho também participará de atividades. Na sequência, tratou-
26 se das audiências públicas previstas e dos grupos de trabalho em andamento. Foi
27 destacado a importância de antecedência mínima de 30 dias para organização e
28 divulgação das audiências. Em seguida, passou-se ao item referente à indicação de titular
29 e suplente para compor o Comitê Interinstitucional de Implementação e Monitoração da
30 Política Antimanicomial. Após consulta aos presentes, foram indicados o conselheiro
31 Rafael Velasco, como titular, e a conselheira Susan Lucena, como suplente. Foram ainda
32 debatidas as metas e indicadores do Plano Pena Justa sob responsabilidade do CNPCP,
33 com destaque para os temas de regulamentação das visitas no sistema prisional e
34 arquitetura prisional. Considerando a relevância e os prazos, deliberou-se que ambos os
35 assuntos serão discutidos com maior profundidade na próxima reunião presencial, em

36 Manaus, com suporte de pareceres técnicos e subsídios adicionais. Os conselheiros
37 Arthur Richardsson e Davi Prado sugeriram a criação de Grupo de Trabalho para
38 consolidação das resoluções do CNPCP, bem como a revisão do Regimento Interno.
39 Conselheira Caroline Lima informou que terão início as reuniões do Grupo de Trabalho
40 do Indulto, com a primeira audiência pública prevista para setembro, na sede do Ministério
41 da Justiça. Destacou que o trabalho será alinhado ao Plano Pena Justa e que pretende
42 recolher contribuições de todos os conselheiros, considerando as realidades dos estados
43 e experiências, de forma a aperfeiçoar a proposta deste ano. Ressaltou ainda a
44 importância de um prazo maior para tramitação, evitando atrasos, e a necessidade de
45 alinhamento com a Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça. Nada mais havendo a
46 tratar, foi encerrada a sessão. Para constar, lavrou-se a presente ata por Isabelle
47 Christinne Araujo Costa, Colaboradora do Conselho Nacional de Política Criminal e
48 Penitenciária do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

49